

Burocracia e desinformação emperram acesso a crédito para produção verde

Na última safra, quase um quinto da verba do principal fundo público do país não foi solicitada

Gilmara Santos

SÃO PAULO Na safra 2018-2019, quase 20% da verba destinada para financiar iniciativas de agronegócio sustentável no Plano ABC, do governo federal, não foi utilizada. A linha de crédito, batizada com a sigla de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, é a principal fonte de recursos para o setor.

Foram previstos R\$ 2,1 bilhões e utilizados R\$ 1,62 bilhão — 82% do total. Na safra 2017-2018, foram contratados R\$ 1,54 bilhão, 72% do montante disponível.

A burocracia exigida dos agricultores e a falta de divulgação dos programas de incentivo são alguns dos entraves apontados por especialistas para explicar a subutilização do recurso.

"Há falta de informação generalizada, e isso deixa o agricultor em dúvida se realmente vale a pena tentar o crédito", diz Angelo Gurgel, coordenador do mestrado profissional de Agronegócio da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Para representantes do setor, outro fator que emperra liberações são as exigências do programa, entre elas a de ter um projeto claro sobre como os recursos serão usados para mitigar danos ambientais.

"Não queremos afrouxamento de regras. As regras são factíveis, mas o jeito de fazer isso está complicado", diz Lu-

iz Cornacchioni, diretor executivo da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio).

Na opinião dele, o processo de liberação de crédito para a agricultura sustentável deveria passar por uma simplificação. "O mecanismo probatório e burocrático acaba afastando o produtor rural, que gasta tempo e dinheiro, o que acaba não compensando", afirma Cornacchioni.

Segundo Rafael Barbieri, especialista em infraestrutura natural e uso do solo do WRI Brasil (World Resources Institute), entre 2013 e 2018 foram liberados cerca de R\$ 1 trilhão para financiamento do agronegócio em geral, mas só R\$ 17 bilhões desse total foram destinados para o financiamento da agricultura sustentável.

"Ainda há muito para crescer nesse sentido, porque nosso pilar tem sido a agricultura tradicional, com poucos desembolsos para o sustentável", afirma.

Antônio Luiz Machado de Moraes, coordenador geral de crédito rural do Departamento de Financiamento e Informação da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, reconhece que há falhas na divulgação do programa, mas garante que está melhorando a comunicação dessas linhas de crédito.

"O volume monetário aumentou 6% de um ano para

o outro, e o montante utilizado saltou dez pontos percentuais", afirma.

Para a safra 2019-2020, está previsto um total de R\$ 2 bilhões para o Plano ABC — menos do que o ano anterior.

"A redução é realista, considerando a distância entre contratações e liberações. Dessa

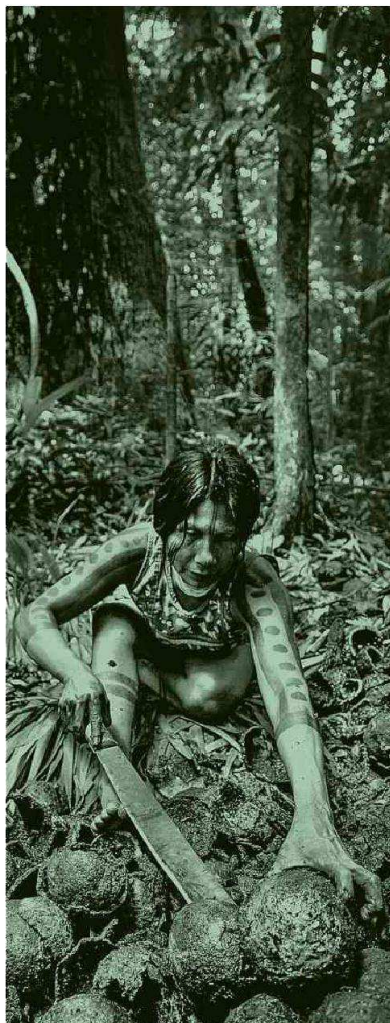
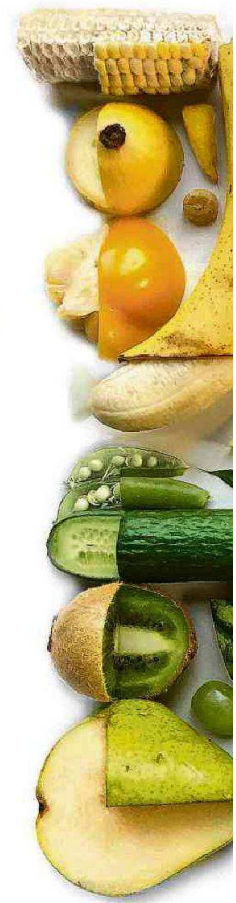
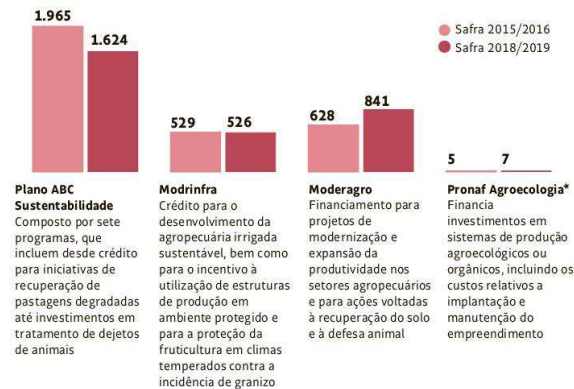
forma, vamos evitar que haja maior sobra de verba. Não é desejável que um recurso seja subutilizado", afirma Moraes. Segundo ele, existe possibilidade de remanejamento de fundos caso haja uma demanda maior.

O representante do ministério explica que o Plano ABC

tem taxas de juros de 7,25% para o agronegócio de um modo geral. A taxa para a agricultura sustentável é de 5,25%. O limite máximo de empréstimo é de R\$ 5 milhões, que podem ser pagos em até 12 anos, com carência de até oito anos em algumas situações, como no caso de monitoração e im-

Financiamento ecologicamente correto

Gasto nas linhas de crédito para agronegócio sustentável no Brasil (R\$ milhões)



Índia Nhakrá no castanha da Terra Indígena Kayapó, no Pará. Simone Glavinne/Divulgação

Projetos ligam pequeno agricultor a grande indústria

Eduardo Geraque

SÃO PAULO Construir pontes entre agricultores familiares e indústrias do setor de alimentos é o foco de novas plataformas organizadas tanto por ONGs quanto por empresas de tecnologia.

A ideia é, ao mesmo tempo, facilitar o acesso a itens produzidos por comunidades e cooperativas espalhadas pelo país e acabar com atravessadores, que costumam ficar com uma boa parte do lucro dos fornecedores.

Uma dessas plataformas é a Sumá, que surgiu em 2014 e, como o próprio slogan diz, quer fazer com que os produtos dos pequenos agricultores da região Sul do Brasil consigam ir "da terra para a nuvem".

"Nosso objetivo é fazer uma conexão de forma transparente, com transações que não enganem ninguém. As plataformas, com o valor dos impostos, da logística, serão abertas", diz Alexandre Leriop, um dos fundadores da empresa.

A ferramenta (appsum.com.br) já mediu sete contratos. A maioria deles entre pequenos produtores de Santa Catarina e empresas responsáveis pela administração de refeitórios industriais.

"Nós auxiliamos os produtores com informação de mercado e orientamos sobre a melhor forma de estruturar a logística de entrega. Organizamos para que eles possam produzir de forma local e regional", diz Leriop.

Segundo ele, o projeto ajuda também na qualificação dos agricultores. "É importante, por exemplo, o agricultor saber a melhor forma de processar os produtos". As vezes, a demanda por cenoura já ralada ou tomate em cubos é maior do que pelo produto in natura, por exemplo.

A empresa já recebeu apoio de linhas de financiamento públicas, mas, segundo Leriop, ainda há um longo caminho pela frente. "O poten-

cial de impacto social é grande", afirma.

"A demanda por um consumo saudável é uma tendência", completa Carina Pimenta, diretora de operações da Conexus, uma rede de empreendedores sociais que tem como uma de suas missões expandir a atividade produtiva sustentável no país.

A instituição criou a plataforma Negócios pela Terra (negociospelaterra.conexus.org), que liga produtores comunitários a indústrias de alimentos ou restaurantes.

Além de mapear os produtores e identificar as empresas interessadas em comprar os alimentos, o trabalho da equipe da Conexus envolve questões práticas da linha de produção, como o auxílio ao produtor na obtenção de crédito.

Um dos projetos apoiados pela Conexus é a Central do Cerrado, que reúne cooperativas sem fins lucrativos de sete estados (MA, TO, PA, MG, MS, MT e GO). A Conexus tenta ajudar no desenvolvimento de novos produtos e

modelos de negócio, além de facilitar o acesso ao mercado.

Foi assim que as mercadorias da Central do Cerrado foram parar nos supermercados do Grupo Pão de Açúcar.

"Nossa participação nesse projeto tem dois olhares", afirma Susy Yoshimura, diretora de sustentabilidade do grupo. "No curto prazo é fazer nego-

cio, mas, no longo, é colaborar para que os setores de produção mais sustentáveis possam se estruturar", diz.

Segundo Susy, o que vem da floresta ou do cerrado normalmente não consegue competir de igual para igual com industrializados — seja pelo preço, mais alto, ou até mesmo pela apresentação nas gôndolas das lojas. "Mas os clientes já estão pedindo esse tipo de produto", afirma.

Outra empresa que encontrou fornecedores graças a uma ferramenta virtual é a Wickbold. A companhia compra 27% das castanhas que utiliza em seus pães de comunidades da Amazônia, com intermédio do projeto Origens do Brasil (origensbrasil.org.br), da ONG Imafloira.

A iniciativa tenta criar um elo entre povos da floresta e empresas do setor de alimentação. O projeto é financiado por várias fontes, entre elas o Fundo Amazônia.

"Ajudamos as empresas a entender os desafios locais, dentro de um relacionamento justo e ético. Nosso foco é a economia oculta da floresta", diz Patrícia Gomes, coordenadora do Origens Brasil.

Estão cadastrados no site cerca de 1,500 produtores de 40 etnias amazônicas.

As transações ficam registradas na plataforma e podem ser acessadas por empresa e comunidade. Para Patrícia, a participação de ONGs serve como uma espécie de validação da relação comercial. As companhias conseguem ter certeza da qualidade da origem daquele item e de que haverá produção para suprir as necessidades da loja.

Só empresas podem comprar no site. No futuro, a plataforma deve ter uma lista com lugares onde o consumidor encontra os itens. Quem compra um produto com o selo Origens Brasil pode escanear o QR code da embalagem e ler na página informações sobre a origem do alimento.

Como é usada a terra no Brasil

